



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



PARCEIROS DE APOIO
PROGRAMÁTICO

REVISÃO ANUAL 2015
AIDE-MÉMOIRE

15 de Maio de 2015

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO E CONTEXTO.....	2
II. CONCLUSÃO CONJUNTA SOBRE O DESEMPENHO 2014	4
III. ESTRATÉGIA E PLANOS DO GOVERNO PARA O PERÍODO 2015-2019	6
IV. IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO (MdE)	7
Requisito para apresentação de relatórios	7
Diálogo e Revisões	8
Auditorias	8
Reformas para fortalecer a Parceria	10

ANEXOS:

ANEXO I - AVALIAÇÃO FINAL DO DESEMPENHO DO GOVERNO

ANEXO II - AVALIAÇÃO FINAL DO DESEMPENHO DOS PAPs

ANEXO III - RELATÓRIOS DOS OBJECTIVOS E PILARES DE APOIO

ANEXO IV – CUMPRIMENTO DA MATRIZ DO QAD 2014 (GOVERNO E PARCEIROS)

ANEXO V - TdRs E OS SEUS ANEXOS

**ANEXO VI - SÍNTESE DA SESSÃO PLENÁRIA DO OBSERVATÓRIO DE
DESENVOLVIMENTO**

I. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

1. No dia 15 de Maio de 2015, o Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs)¹ concluíram a Revisão Anual (RA) da implementação, pelo GdM, do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014, e da observância, pelos PAPs, dos princípios relacionados com a Eficácia da Ajuda, com referência ao exercício de 2014.
2. O processo da RA enquadra-se no âmbito da implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre a Concessão do Apoio Geral ao Orçamento, celebrado entre o GdM e os PAPs, o qual prevê o princípio de prestação de contas mútua.
3. As avaliações do GdM e dos PAPs foram efectuadas com base (i) nos Quadros de Avaliação de Desempenho, tanto do GdM assim como dos PAPs; (ii) nos documentos de planificação, monitoria e auditoria do Governo e, estudos analíticos conjuntos. Os documentos de base constam dos TdRs (Anexo V).
4. Diferentemente dos outros anos, a RA 2015, para além de Avaliar o Desempenho do Governo e dos PAPs em 2014, fez uma apreciação da Estratégia e dos Planos do Governo para o período 2015-2019. De notar que a inclusão dos instrumentos de programação no processo da RA deveu-se ao período de transição para o novo ciclo de Governação no País que não permitiu a apreciação dentro do ciclo de Planificação e Orçamentação, em 2014, dos seguintes instrumentos: o Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado para 2015.
5. A RA de 2015 envolveu 12 Grupos Temáticos, distribuídos de acordo com a estrutura do PARP 2011-2015, que compreende três Objectivos, nomeadamente: (i) **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira**, (ii) **Promoção de Emprego** e (iii) **Desenvolvimento Humano e Social**, dois Pilares de Apoio; (iv) **Governação**; (v) **Macroeconomia e Gestão de Finanças Públicas** e o (vi) **Grupo dos Assuntos Transversais**. Os Grupos Temáticos foram constituídos por representantes do GdM, dos PAPs e da Sociedade Civil (SC).
6. O desempenho do GdM em 2014 teve lugar num contexto marcado por um crescimento económico elevado, pelo impacto das calamidades naturais que de forma cíclica assolam o País; pela retoma do diálogo entre o Governo e a RENAMO que permitiu a assinatura do Acordo de Cessação de Hostilidades Militares em Setembro, pela realização das Eleições Gerais e das Assembleias Provinciais, em Outubro, que levaram à investidura do novo Presidente e do novo Governo no início de 2015. Pela sua importância futura, merece menção a adopção, em 2014, do regime jurídico aplicável ao projecto de Gás Natural Liquefeito na Bacia do Rovuma, que viabiliza o início da exploração das reservas descobertas.

¹Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido, União Europeia. Estes parceiros (PAPs) são subscritores do Memorando de Entendimento com o Governo. Os Membros Associados dos PAPs são: a Bélgica, a Espanha, a Holanda, os Estados Unidos da América e as Nações Unidas. O Fundo Monetário Internacional é Membro *ex-officio* da Parceria.

7. Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) visitou o País de 27 de Abril a 8 de Maio com o objectivo de realizar consultas no âmbito da Quarta Revisão ao abrigo do Programa de Apoio à Políticas (PSI). A missão concluiu que o programa económico e de reformas de Moçambique com o FMI mantém-se satisfatório.
8. A missão constatou que em 2014 o desempenho macroeconómico de Moçambique continuou robusto, com um crescimento estimado em 7,4% e uma inflação média de 2,3%, não obstante uma posição fiscal expansionista e base monetária acima da meta programada. O Orçamento do Estado para 2015 inclui um ajuste fiscal superior a 3% do PIB relançando as finanças públicas para uma trajectória sustentável. Neste ano, o Programa com o FMI prevê um crescimento de 7%, uma inflação média de 4%, e um défice orçamental de 6.8% do PIB. A missão analisou o progresso das reformas em curso e encorajou acelerar a implementação de algumas reformas essenciais.
9. Neste contexto, o FMI entende que o principal desafio de curto prazo é manter o ritmo de crescimento tornando-o cada vez mais inclusivo, preservando a sustentabilidade fiscal e da dívida, e uma política cambial flexível que permita o ajustamento da economia aos fluxos de comércio e financiamento externos. As reformas essenciais incluem: i) desacelerar a expansão monetária por forma a sustentar a restauração das reservas internacionais e conter possíveis pressões inflacionárias; ii) prosseguir com acções de monitorização, publicação e gestão dos riscos fiscais; iii) continuar com acções de melhoria de gestão do investimento público, do ambiente de negócios e do desenvolvimento do sector financeiro; iv) fortalecer a gestão da dívida e da política de garantias; v) aprimorar o foco e a coordenação das reformas de gestão das finanças públicas e modernizar a administração tributária.
10. No decurso da RA, teve lugar a 16ª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento (OD), onde o Governo partilhou com a Sociedade Civil (SC) e os Parceiros de Cooperação os instrumentos de gestão económica e social, designadamente, o Balanço de PES 2014, PQG 2015-2019, o PES e o respectivo Orçamento para 2015.
11. A Sociedade Civil, no seguimento da apresentação de assuntos temáticos partilhou os progressos e desafios nas áreas de saúde, água e saneamento.
12. No cômputo geral, a SC reconheceu os progressos registados nos últimos anos e apontou os desafios prevaletentes, principalmente no que tange a necessidade de melhorar a qualidade da prestação de serviços públicos na área da saúde, aumentar a quantidade e qualidade de infra-estruturas de saúde, água e energia. Adicionalmente foi apontada a necessidade de melhorar a provisão de medicamentos, a diversificação da dieta alimentar dos doentes, bem como, a melhoria do atendimento de doentes, em particular dos idosos, nas Unidades Sanitárias.
13. A Sociedade Civil saudou o compromisso do Governo no que concerne a transparência, austeridade, disciplina na gestão da coisa pública e o princípio de

inclusão explicitamente mencionado no primeiro pilar do PQG e apelou o Governo a operacionalizar e monitorar o impacto do crescimento económico no bem estar da população, tendo obtido do Governo o compromisso sobre um diálogo regular com a Sociedade Civil.

14. Como parte da Revisão Anual, e conforme estipulado nos TdR, realizou-se um encontro entre os Ministros e os Embaixadores da Troika-plus dos PAP's para a discussão dos seguintes pontos: (i) Transparência Fiscal; (ii) Implementação do Programa Quinquenal do Governo para um Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza e, (iii) a Parceria entre o Governo de Moçambique e os Parceiros de Apoio Programático (Memorando de Entendimento).

II. CONCLUSÃO CONJUNTA SOBRE O DESEMPENHO 2014

15. Durante a RA, o GdM e os PAPs realizaram avaliações mútuas do desempenho de 2014 (Anexos 1 e 2).
16. A RA notou que o desempenho nos objectivos de Produção e Produtividade Agrária e Pecuária e de Desenvolvimento Humano e Social foram satisfatórios, enquanto os resultados no objectivo Emprego e no pilar de Macroeconomia e Pobreza foram mistos. O desempenho no pilar de Boa Governação foi não satisfatório.
17. No que diz respeito ao desempenho global do Governo em relação aos indicadores do QAD, os resultados apontam para um decréscimo face ao desempenho registado em 2013. Com efeito, do conjunto de 32 indicadores avaliados, 17 metas foram atingidas, 9 não foram atingidas mas registaram progressos e 6 metas não foram atingidas, equivalente a 53% de metas atingidas, 28% registaram progressos e 19% não atingidas.
18. A RA notou resultados positivos em termos de crescimento no sector de agricultura; progressos visíveis na melhoria do ambiente de negócios, com uma subida do ranking Doing Business; a continuada expansão dos serviços de educação e saúde; bem como progressos significativos na gestão das finanças públicas através da contínua expansão de e-SISTAFE.
19. A RA notou ainda desafios significativos, que requererão intervenções substanciais em políticas e reformas sólidas por parte do GdM, nas seguintes áreas: (i) aumentar a produção e produtividade na agricultura de pequena escala, (ii) a criação de emprego, particularmente para as mulheres; (iii) a melhoria da qualidade do ensino; (iv) a implementação efectiva das Leis e reformas na área da governação; (v) a implementação de reformas e fortalecimento de capacidade institucional para melhorar a transparência e a gestão do risco fiscal, bem como para melhorar a qualidade do investimento público.
20. Relativamente aos Assuntos de Atenção Especial, a RA notou o progresso parcial na implementação do Plano de Acção de Transparência Fiscal, particularmente no que se refere à falta de informação que permitisse avaliar o risco fiscal da

EMATUM, bem como a continuada falta de resultados satisfatórios em relação à implementação efectiva do pacote Anti-Corrupção. Sobre estes dois assuntos, a RA concordou que deverão continuar a merecer atenção especial durante 2015.

21. Quanto ao crescimento inclusivo, outrora Assunto de Atenção Especial, a RA concordou em continuar e aprofundar o diálogo sobre acções e reformas concretas visando promover a criação de emprego e a produção e produtividade na agricultura de pequena escala.
22. No que concerne a avaliação do desempenho dos parceiros de cooperação, a RA constatou que, acompanhar a tendência global, o volume total de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para o País (dos 21 PAPs e MAs) registou uma ligeira contracção de 4.9%, baixando de 1.904 milhões de US\$ em 2013, para 1.810 milhões de US\$ em 2014. Em linha com a evolução recente, a estrutura do portfólio da ajuda ao Governo revelou-se cada vez mais favorável a modalidade de Projectos cuja proporção passou de 36%, em 2013 para 39%, em 2014.
23. O comportamento do fluxo da APD em 2014 foi influenciado, em parte, pelo fim do financiamento no quadro da Conta Desafio do Milénio (MCA) e o não desembolso de montantes relativos a duas Operações de Desenvolvimento de Políticas (DPO) das áreas de mudanças climáticas e agricultura que tiveram o seu início em 2013.
24. Todavia, a proporção do apoio orçamental (AGO e Fundos Comuns), no total de apoio ao Governo, incrementou ligeiramente de 53%, em 2013 para 55%, em 2014, interrompendo a tendência de redução que caracterizou os últimos anos.
25. No que diz respeito ao desempenho global dos PAPs em relação aos indicadores do QAD, os resultados apontam para uma estagnação do desempenho face ao registado em 2013. Com efeito, do conjunto de 23 indicadores avaliados, 4 metas foram atingidas, 8 não foram atingidas mas registaram progressos e 11 metas não foram atingidas, equivalente a 17% de metas atingidas, 35% registaram progressos e 48% não atingidas.
26. A RA notou que persiste como desafio para os PAPs, a necessidade de aprimorar a previsibilidade dos compromissos e desembolsos do AGO, bem como dos Fundos Comuns, de modo a viabilizar a implementação dos programas do Governo.
27. Face ao desempenho registado em 2014, a avaliação global do desempenho do Governo a par da aprovação do PQG focalizado no desenvolvimento inclusivo e no compromisso de aprofundar o diálogo sobre reformas concretas e indicadores de monitoria, a RA concluiu existir uma base para os PAPs continuarem a prestar Apoio Geral ao Orçamento em 2016. Contudo, os PAPs consideram ser necessário verificar progressos concretos nos assuntos de atenção especial para o GdM.

Prioridades a serem desenvolvidas pelo Governo

28. Continuar com a implementação do Plano de Acção de Transparência Fiscal, incluindo: (i) a identificação de reformas legais e estruturais na base da Avaliação da Transparência Fiscal do FMI; (ii) a identificação de medidas na base da avaliação do risco fiscal da Empresa Ematum, bem como a publicação da auditoria de 2014, até Junho de 2015.
29. Continuar com a **Implementação efectiva do Pacote Anti-Corrupção**, com particular destaque para: (i) Operacionalização do Fórum do Diálogo Técnico em matéria de combate a corrupção; e, (ii) Aplicação da Lei de Probidade Pública, incluindo a Declaração do Património. **Prioridades a serem desenvolvidas pelos Parceiros**
30. Aprimorar a previsibilidade dos compromissos e desembolsos do AGO bem como os compromissos dos Fundos Comuns.

Prioridades a serem desenvolvidas em conjunto

31. Definir os QADs pós-2015 (do Governo e dos Parceiros);
32. Concluir a Revisão do Memorado de Entendimento;
33. Aprimorar o funcionamento e o uso (regularidade e qualidade da informação) da base de Dados ODAMOZ.

III. ESTRATÉGIA E PLANOS DO GOVERNO PARA O PERÍODO 2015-2019

34. Durante a RA o GdM apresentou o Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019 e teve lugar um primeiro diálogo entre o GdM e os PAPs sobre a Matriz Estratégica, instrumento que irá substituir o PARP como marco de políticas e estratégias de médio prazo para o crescimento inclusivo e redução da pobreza ao qual o AGO terá que ser alinhada.
35. Os PAPs acolheram positivamente a abordagem intersectorial do PQG e o seu enfoque no desenvolvimento inclusivo e sustentável, bem como o compromisso em continuar a consolidação do Estado de direito. Os PAPs e o GdM concordaram que o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, com o seu objectivo central de “melhorar as condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade,

justiça e coesão entre os Moçambicanos” constitui uma base para a vinculação dos esforços dos parceiros do AGO.

36. Assim, o GdM e os PAPs concordaram em aprofundar o diálogo sobre acções prioritárias e reformas, no âmbito de um diálogo sobre a Matriz Estratégica do PQG e o subsequente desenho de um QAD pós-2015 que alinhe com a Matriz Estratégica, tomando em conta as quatro áreas de enfoque do AGO acordadas² bem como a necessidade de ter um instrumento de monitoria com alguma flexibilidade. O Grupo Conjunto sobre a Reforma do QAD será encarregado de receber as contribuições dos PAPs para a melhoria e finalização da matriz estratégica e seu seguimento, assim como aprofundar a reflexão sobre a estrutura dessa matriz e como introduzir as reformas e acções prioritárias.
37. Adicionalmente, à partilha do PQG o Governo, apresentou, durante a RA, as propostas de Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) para 2015. Os documentos apresentados foram bem acolhidos pelos PAPs. Os PAPs notaram o início de um esforço de consolidação fiscal em 2015, e que tal exige esforços acrescido da parte do GdM por 2015 ser um ano de transição. Neste contexto e aproveitando também dos resultados da Revisão da Despesa Pública, considera-se importante aprofundar a análise e o diálogo sobre a qualidade e eficiência da despesa. Isto aplica-se não só ao investimento público, que requer o fortalecimento do sistema de gestão, mas também às despesas de funcionamento, em particular às despesas de pessoal, que requerem uma estratégia que permita reconciliar a necessidade de recrutar, formar e reter funcionários públicos com o critério de sustentabilidade da massa salarial. Também merece atenção o desafio de afetar recursos aos níveis sub-nacionais de uma maneira que ajude a diminuir disparidades económicas e sociais, dando particular atenção às populações e regiões mais pobres/desfavorecidas.
38. A RA notou que na impossibilidade de apresentar o CFMP 2016-2018, antes da cerimónia dos compromissos financeiros para 2016, o Governo apresentará um mapa fiscal de modo a responder as preocupações dos PAPs e viabilizar os compromissos, cuja sessão terá lugar em Junho próximo.

IV. IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO (MdE)

Requisito para apresentação de relatórios

39. Os requisitos do MdE para apresentação dos relatórios foram no Geral seguidos pelo Governo de acordo com o artigo 28 do MdE. Estes documentos e relatórios (PARP, PES 2014, OE 2014, BdPES 2014, REO 2014, CGE 2013 e o Parecer do

² Crescimento Inclusivo, Sistemas Nacionais, Governação e Prestação de Contas, Eficácia na Prestação de Serviços

Tribunal Administrativo da CGE de 2013) serviram de base para a Revisão Anual de 2015, permitindo um diálogo construtivo no decurso deste processo.

40. O perfil (distribuição sectorial, regional) da proposta do OE 2015 foi analisado durante o processo da Revisão Anual 2015. A CGE do ano 2013 e o respectivo Parecer do Tribunal Administrativo, foram avaliados pelo Grupo de Trabalho do Orçamento durante o processo da RA.
41. Face a apresentação tardia do OE à AR, a proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo 2015-2017, ficou extemporâneo. Assim, o Governo apresentará um mapa fiscal de modo a responder as preocupações dos PAPs e viabilizar os compromissos, cuja sessão terá lugar em Junho próximo.

Diálogo e Revisões

42. O processo de monitoria e diálogo da Revisão Anual de 2015, decorreu na base da estrutura dos Grupos Sectoriais e Temáticos, na qual foram avaliados os QADs do Governo e dos PAPs de 2014.
43. Contrariamente ao que tem sido habitual, os Grupos Sectoriais e Temáticos deram início ao trabalho de consolidação da informação sobre o desempenho em relatórios preliminares antes do lançamento formal do processo, com vista a focalizar a discussão sobre resultados durante processo da RA 2015.
44. A RA verificou que dos 6 estudos identificados durante a Reunião de Planificação de 2013, merecem especial destaque a Análise da Transparência Fiscal do FMI e a Revisão da Despesa Pública do Banco Mundial. Ambos os estudos deverão servir como base para a continuação do diálogo entre o GdM e os PAPs sobre a transparência fiscal e a qualidade e eficiência da despesa pública.

Auditorias

Parecer do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado 2013

45. A publicação da Conta Geral do Estado (CGE) e do Parecer do Tribunal Administrativo, bem como o debate sobre estes documentos na Assembleia da República, são considerados a espinha dorsal do sistema de prestação de contas financeiras, sobre o qual se alinha o Apoio Geral ao Orçamento. A publicação da CGE 2013 no mês de Julho de 2014, antes de ser discutida na AR, foi um passo positivo no sentido de aumentar a transparência. No entanto, o Parecer foi publicado só em Abril de 2015. Recomenda-se que o Tribunal Administrativo, em linha com a Lei 14/2014, publique o Parecer no momento em que é enviado à AR. Notou-se todavia, que, pela primeira vez, o TA publicou a versão simplificada ao mesmo momento que o documento, o que constitui uma boa prática.
46. Da leitura do CGE 2013 e do Parecer do Tribunal Administrativo sobre a mesma destaca-se o seguinte:

- A não canalização das receitas próprias e consignadas para o Tesouro Público.
 - Existência de despesas de investimento não elegíveis (25% da despesa de amostra auditada investimento em 2013);
 - Necessidade de melhor controlo pelo IGEPE sobre as empresas participadas – que tem um impacto na abrangência da informação contida na CGE;
 - Progresso lento na inventariação dos bens do estado (só 27% dos bens do Estado estavam inventariados em 2013).
 - O Parecer aponta a falta de informação sobre garantias do Estado na CGE.
47. Face as constatações do Parecer, o GdM compromete-se a: i) proceder a um levantamento de todas as contas bancárias para posteriormente definir um Plano de Acção, com vista a imprimir maior rigor no controlo e gestão de receitas próprias; ii) consolidar através do IGEPE o portfólio das participações do Estado, incluindo a via de Privatização e Liquidação de Empresas; iii) Avançar com medidas de reforço da gestão da dívida e da política de garantias, no quadro das reformas acordadas com o FMI. De notar que, associado as participações do Estado, decorre a introdução de um sistema rigoroso de monitoria e controlo das empresas detidas pelo Estado, bem como uma nova aplicação informática que permitirá a colecta e análise de relatórios financeiros e identificação de potenciais riscos fiscais que entrará em operação, até finais de Julho de 2015.

Auditoria de Desempenho

Auditoria de Desempenho ao Sector de Calamidades

48. A auditoria de desempenho no sector das calamidades foi concluída em 2013 e foram produzidas 59 recomendações das quais 39% de implementação imediata foram cumpridas, sendo que as restantes encontram-se na fase de implementação.

Auditoria de Desempenho ao Sector de Acção Social

49. Quanto à realização do acompanhamento das recomendações da auditoria de desempenho ao Sector de Acção Social, cabe destacar que por serem de natureza complexa só iniciarão em 2015.

Auditoria de Desempenho ao Sector de Transportes

50. O Tribunal Administrativo levou a cabo uma Auditoria de Desempenho ao Sector dos Transportes Públicos Urbanos, cujo relatório final foi elaborado, depois de cumprido o direito ao contraditório, e posteriormente enviado ao Juiz Conselheiro

Relator que ordenou a realização de novas diligências com vista à sua apreciação com os demais Juízes da Secção de Contas Públicas deste Tribunal.

51. Em relação ao Resultado da Reflexão Conjunta sobre o processo e uso mais eficaz de auditorias de desempenho, constatou-se que, tanto o Tribunal Administrativo como a IGF realizam auditorias de desempenho susceptíveis de satisfazer a exigência do actual MdE no sentido de se realizar uma auditoria de desempenho por ano e por um órgão de auditoria do Governo, bem como evitar sobreposições e assegurar a disponibilização atempada dos relatórios. Uma vez que a realização de auditorias de desempenho tornou-se parte da agenda do trabalho regular destas instituições, deve-se repensar a relevância de esta exigência no âmbito do processo de revisão do MdE.

Auditoria Financeira ao Fluxo de Fundos para o Apoio Geral ao Orçamento (AGO)

52. Relativamente à Auditoria ao fluxo de fundos do AGO de 2014, o Auditor submeteu o Relatório preliminar e a respectiva Carta de Recomendações, e aguarda-se comentários do Governo à carta de recomendações. O processo de seguimento da auditoria anterior resultou em melhores resultados em termos de qualidade e disponibilidade atempada de informação para o auditor, assim como na correcção dos principais problemas levantados sobre a gestão do fluxo de fundos em 2013. O processo de contratação da auditoria assim como as confirmações de desembolsos pelos PAPs e Governo podem ainda ser melhoradas, devendo continuar em 2015 a verificação do ponto de situação de informação pós-auditoria.

Reformas para fortalecer a Parceria

Revisão do Memorando de Entendimento

53. O processo de revisão do MdE actual iniciou em 2013. Não foi possível concluir atempadamente a revisão focalizada acordada para áreas específicas, pelo que o GdM e os PAPs concordaram conjuntamente em prorrogar a vigência do MdE até Setembro de 2015, sem quaisquer alterações. Durante o processo, os PAPs solicitaram que a revisão se centrasse exclusivamente para a modalidade do Apoio Geral ao Orçamento (AGO). Assim, o MdE sobre o AGO deverá ser concluído até Setembro e a primeira versão do mesmo deverá estar disponível antes da Cerimónia de compromissos Financeiros para 2016 prevista para Junho do corrente ano.
54. O objectivo da revisão é desenvolver um MdE conciso que estabelece os princípios e principais mecanismos da parceria do AGO, simplificando os processos e estruturas do AGO e dando ao instrumento um foco mais estratégico.

55. Assim, o novo MdE limitar-se-à estritamente aos aspectos relacionados com o AGO e aplica-se exclusivamente aos parceiros do AGO. Neste contexto, os PAPs assinalaram a importância, no quadro da eficácia da ajuda, de se estabelecer uma estrutura inclusiva de diálogo, alinhamento, coordenação, monitoria e avaliação, relativamente a ajuda externa para o desenvolvimento, tendo para o efeito os parceiros assumido o compromisso de apresentar uma proposta para discussão inicial, a nível técnico.

Reforma dos QADs

56. No âmbito do processo da Revisão Anual de 2014, o Governo e os PAPs concordaram, conjuntamente, em reformar os respectivos Quadros da Avaliação de Desempenho, como um dos Assuntos de Atenção Especial e, esta previsto o seu término até à Reunião de Planificação do QAD em 2015 – Setembro próximo.

QAD do Governo

57. A reforma do QAD do Governo: Visa essencialmente (i) o reajuste do instrumento aos recentes desenvolvimentos socio-económicos no País; e, (ii) focalizar a incidência do instrumento na Monitoria e Avaliação (M&A) das acções e medidas de política que estejam directamente relacionadas com a modalidade do Apoio Geral ao Orçamento (AGO). Para o efeito, foi concordada a Nota de Princípios com a indicação das Áreas e Sub-áreas de incidência do QAD pós 2015, e aprovado na reunião do Grupo de Direcção, realizada a 12 de Março de 2015, sendo o passo subsequente a definição, discussão e validação de indicadores, até Julho de 2015 e finalização até à Reunião de Planificação. Neste contexto, será importante assegurar o alinhamento do futuro QAD com o processo em curso de elaboração da Matriz Estratégica do PQG 2015-2019, devendo se manter uma interligação entre os respectivos conteúdos assim como a flexibilidade necessária.

QAD dos PAPs

58. O Objectivo da Reforma do QAD é aprimorar o foco estratégico dos indicadores do novo QAD com vista melhorar a sua relevância a eficácia. Para este processo já foi, igualmente, aprovada a Nota sobre os princípios que irão nortear o QAD , na reunião do Grupo de Direcção, realizada a 12 de Março de 2015, aguardando pela definição de indicadores.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AM	Aide Mémoire
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CFMP	Cenário Fiscal do Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
DNO	Direcção Nacional do Orçamento
e-SISTAFE	Sistema Informático do SISTAFE
FMI	Fundo Monetário Internacional
GdM	Governo de Moçambique
GFP	Gestão de Finanças Públicas
GTCR	Grupo Técnico Conjunto de Revisão
IGF	Inspeção Geral de Finanças
MdE	Memorando de Entendimento
OE	Orçamento do Estado
PAMAN	Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios
PAP	Parceria de Apoio Programático
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PES	Plano Económico e Social
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário
PSI	Policy Support Instrument (Instrumento de Apoio as Políticas)
QAD	Quadro de Avaliação do Desempenho
RA	Revisão Anual
REO	Relatório de Execução do Orçamento
SC	Sociedade Civil
SNV	Sistema Nacional de Vencimentos
SPS	Sistema de Pagamentos de Salários
SPAV	Sistema de Pagamento de Vencimentos
TA	Tribunal Administrativo